

A JORNADA DE TRABALHO E A PEC DO DESEMPREGO

Confederação Nacional do Comércio
de Bens, Serviços e Turismo - CNC

A PEC do desemprego, da informalidade e da inflação

A Proposta de Emenda Constitucional nº 231/95, em tramitação no Congresso, causará impacto negativo não apenas para o empresariado, mas para toda a sociedade brasileira. Ao contrário do que dizem os defensores da PEC, reduzir a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem o correspondente ajuste no salário, e aumentar o valor do adicional da hora extra de 50% para 75% sobre o valor da hora trabalhada, vai ampliar o desemprego e a informalidade, em vez de diminuí-los. E ainda terá reflexos na inflação.

O setor do Comércio de Bens, Serviços e Turismo é hoje o maior empregador nacional e, conforme dados do IBGE, formado, essencialmente, por microempresas e empresas de pequeno porte, justamente as que serão mais afetadas. Por isso, é de suma importância que o assunto seja avaliado com todo o cuidado necessário, tendo em vista que as empresas terão um grande ônus, sem qualquer contrapartida que o atenua.

Mudanças tão drásticas não podem ser feitas sem levar em consideração a realidade de cada setor e a capacidade de profissionais e empresários de pactuarem melhores condições de trabalho por meio da negociação coletiva. Para gerar emprego há outros caminhos mais eficazes, como a criação de um ambiente favorável ao investimento e à expansão econômica sustentada. Exatamente o oposto do que acontecerá, se a PEC 231/95 for aprovada.

Sumário

DESEMPREGO	4
DIMINUIÇÃO DE SALÁRIO	6
AUMENTO DA INFORMALIDADE	8
INFLAÇÃO	10
CARGA JÁ REDUZIDA	12
SOLUÇÕES	14

Desemprego

O que dizem aqueles que defendem a redução: “A redução da jornada de trabalho vai criar mais emprego”

O que dizem os fatos

Antes que a Constituição Federal de 1988 reduzisse a jornada de trabalho no Brasil, de 48 para 44 horas semanais, o índice de desemprego era de pouco mais de 3,5%, segundo dados do IBGE referentes a 1986. Depois da redução, o País teve uma curva ascendente no índice de desemprego, chegando a alcançar 7,5% em 1999. A premissa de que a redução da carga horária irá contribuir para reduzir o nível de desemprego é falsa.

Por que reduzir a jornada aumenta o desemprego em vez de diminuir?

Com a redução da jornada, sem a redução do salário, haverá um aumento do custo da mão de obra. Os funcionários trabalham numa carga horária menor, com o mesmo salário. A hora trabalhada fica mais cara, aumentando o custo do empregador, que buscará enxugar seus gastos, e não aumentá-los com contratações. Pelo contrário, em vez de novos empregos, haverá riscos para os existentes.

O último estudo disponível da Organização Internacional do Trabalho (2003) aponta o Brasil como o país com a menor carga horária de trabalho na América Latina.

Diminuição de salário

O que dizem aqueles que defendem a redução: “Não haverá impacto para os trabalhadores”

A realidade

Existe o risco de uma grande rotatividade nas empresas, de forma que os trabalhadores com maiores salários seriam demitidos e substituídos por outros, que trabalhariam recebendo menos.

Por que os salários vão diminuir?

A razão, mais uma vez, é o aumento dos custos da mão de obra. O empregador do comércio de bens, serviços e turismo, que já luta com muita dificuldade para manter seu negócio, será onerado ainda mais e vai buscar meios de diminuir seus gastos. A folha de pagamentos teria que ser ajustada.

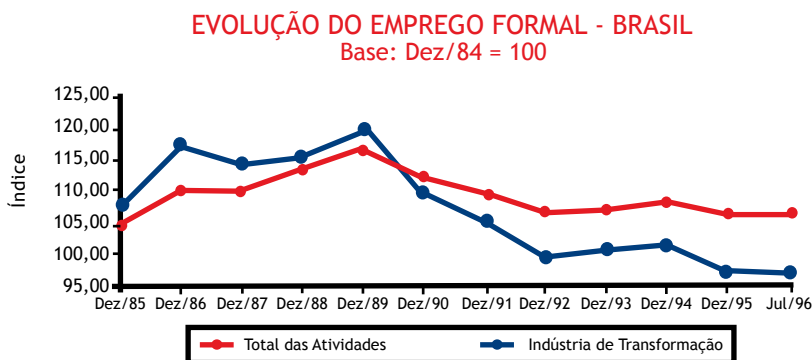
Empresários e trabalhadores têm capacidade de buscar juntos acordos realistas, baseados nas características e limitações do mercado em que atuam.

Aumento da informalidade

O que dizem aqueles que defendem a redução da jornada: “A formalização do mercado de trabalho seria facilitada”

O que dizem os fatos

Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, mostram que houve uma expressiva redução do emprego formal, após a alteração da jornada de trabalho, em 1988, como indica o gráfico abaixo:



Por que a informalidade aumentará?

Com as futuras demissões, os trabalhadores desempregados, sem conseguir se inserir no mercado de trabalho, tenderiam a oferecer sua mão de obra no mercado informal, causando grandes prejuízos para a arrecadação de tributos, o que repercute diretamente na sociedade brasileira.

A PEC 231/95 é uma séria ameaça ao ambiente de negociações coletivas, onde as conquistas são alcançadas sem prejuízo das relações capital/trabalho.

Inflação

O que dizem aqueles que defendem a redução da jornada: “Vai aumentar o poder de compra do brasileiro”

A realidade

O preço de produtos e serviços vai subir, afetando o funcionamento de toda a economia.

Por que a redução da jornada de trabalho provocará mais inflação?

Por uma questão de sobrevivência de seu negócio, o empregador será obrigado a repassar o aumento do custo operacional da mão de obra para o produto ou serviço. Com isso, o trabalhador sofrerá uma redução do seu poder aquisitivo, pois o salário se manterá, mas os preços terão reajuste, em um ambiente típico de aumento de inflação.

Não se amplia o mercado de trabalho somente com leis. A geração de emprego depende de fatores como a expansão da atividade econômica.

Carga já reduzida

Brasil, a menor jornada de trabalho da América Latina

Em estudo feito pela OIT, em 2003, o Brasil figura como o país com a menor carga horária anual de trabalho na América Latina. Na comparação com Estados Unidos e Japão, os brasileiros trabalharam em média 1.689 horas, no ano de 1999, enquanto que os americanos trabalharam 1.847 horas e os japoneses 1.810 horas. Os dados confirmam que o trabalhador brasileiro, com a atual jornada de 44 horas, já se encontra em situação privilegiada, mesmo em relação aos países desenvolvidos. No ano passado, a França pôs fim ao limite de 35 horas semanais, com o objetivo de dar mais competitividade à economia. Veja ao lado a tabela com a jornada semanal de cada país.

Compare

A jornada de trabalho em alguns países do mundo

Países	Jornada
Alemanha *	48 horas
Argentina	48 horas
Áustria	40 horas
Bolívia	48 horas
Canadá	40 horas
Colômbia	48 horas
Coreia do Sul	40 horas
Costa Rica	48 horas
Chile	45 horas
Dinamarca*	48 horas
Eslovênia	40 horas
Espanha	40 horas
França	35 horas**
Grécia*	48 horas
Holanda	40 horas
Hungria*	48 horas
México	48 horas
Reino Unido*	48 horas
Irlanda*	48 horas
Peru	48 horas
Portugal	40 horas
Uruguai	44 horas (Comércio)

* Limite máximo / Fonte: OIT

** As empresas podem ampliar a jornada

Soluções

O melhor caminho para todos: negociações coletivas

Definir a redução da jornada semanal de trabalho para 40 horas de forma compulsória, sem levar em consideração as particularidades de cada setor, é desprezar a capacidade que empresários e trabalhadores têm de buscar juntos acordos realistas, baseados no mercado em que atuam. A jornada de 44 horas semanais, estipulada pela Constituição Federal, é um limite máximo estabelecido, o que não quer dizer que, por meio de negociações coletivas, não possa ser reduzida.

E as categorias profissionais e patronais no Brasil já alcançaram acordos que envolveram não apenas a redução da jornada, mas também outras melhorias, como o próprio aumento da hora extra. Tudo com um forte sentido democrático, mas sobretudo realista, porque as partes envolvidas conhecem os impactos do que foi combinado e as reais possibilidades de cada um.

O que é pactuado na negociação torna-se lei e os benefícios alcançados não trazem desequilíbrio para os negócios e nem põem o emprego do trabalhador em risco. A PEC nº231/95 é uma séria ameaça a esse ambiente de negociações coletivas, onde as conquistas são alcançadas sem prejuízo da harmonia na relação capital/trabalho.

Isto, sim, favorece a criação de empregos

Não se amplia o mercado de trabalho somente com leis. A geração de emprego depende de vários fatores.

- Expansão da atividade econômica, com o fortalecimento do mercado.
- Aumento do consumo.
- Redução da carga tributária e dos juros.
- Estímulo às exportações e aos investimentos.
- Desoneração da folha de pagamento.
- Educação de qualidade, com capacitação de mão de obra.
- Desburocratização nas contratações.
- Flexibilização das normas trabalhistas.

Com medidas assim, o empregador terá como expandir seu negócio, gerando empregos e aumento na arrecadação de tributos, beneficiando toda a sociedade.

